

Tese de abertura: *A derrota histórica de Trump nas eleições de meio de mandato de 2026 nos Estados Unidos não é a raiz da crise da extrema direita latino-americana, mas um espelho que se quebra. O que ele revela é a impotência econômica do governo Milei na Argentina, os vínculos inextricáveis entre o governo Peña no Paraguai e a quebra de um banco, e a rendição moral deliberada do governo Kast no Chile. A água que inunda a direita latino-americana não vem de uma onda externa: entra por uma rachadura no próprio casco.*

SE/

I. O vento mudou em Washington, mas em Buenos Aires já chovia

Em 3 de novembro de 2026, o Partido Democrata retomou tanto o Senado quanto a Câmara dos Representantes, deixando o segundo mandato de Trump manco em seus últimos dois anos. Para Buenos Aires, o golpe dessa notícia não está numa perda ideológica, mas numa cifra muito concreta: 20 bilhões de dólares.

A linha de swap de moedas que o governo Milei obteve do Tesouro americano era o pilar central para estabilizar o câmbio e sobreviver às eleições de meio de mandato. Agora, os democratas que controlam o Congresso — liderados pela senadora Elizabeth Warren — exigiram explicitamente revisar e até fechar esse canal de financiamento. O guarda-chuva político de Trump está encolhendo, e Milei é justamente quem mais depende desse guarda-chuva na região.

Mas o problema é que atribuir a situação difícil de Milei à derrota de Trump inverte a causalidade. A mudança em Washington apenas levantou a tampa mais cedo; o que estava dentro da panela já havia fervido até secar.

Os dados publicados em setembro de 2026 pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina mostram que a pobreza subiu de 28,2% para 32,3% no primeiro semestre, e a indigência de 6,3% para 7,5%. A pobreza entre crianças menores de 15 anos atingiu 44,5%. Não é um número que se explique por um "choque externo". É a fatura real do custo social da política de austeridade de Milei após quase dois anos de governo.

Ainda mais notáveis são os dados estruturais: o emprego privado formal cai há 13 meses consecutivos, e a taxa de desemprego subiu para 7,9% no segundo trimestre deste ano, o nível mais alto desde 2021. O governo Milei cortou gastos com pensões e assistência social, que representam quase um quarto dos cortes de gastos ajustados pela inflação. O superávit fiscal foi alcançado, sim, mas ao custo de uma contração sustentada do poder de compra e de uma hemorragia no mercado de trabalho.

Os apoiadores de Milei talvez digam que é uma "dor necessária". Mas a dor necessária pressupõe um renascimento posterior. Quando a atividade econômica cai 2,9% em comparação mensal em julho e o poder de compra do salário médio permanece abaixo do nível da posse de Milei, a "teoria da dor" começa a perder credibilidade. O analista político Lucas Romero diz sem rodeios: Milei convenceu as pessoas de que o sacrifício traria recompensas, mas quando atividade econômica, emprego e renda não mostram resultados visíveis, continuar exigindo sacrifícios torna-se difícil.

A derrota de Trump apenas tornou mais difícil esconder um problema que já existia: o experimento de Milei está pagando a estabilidade dos ricos com a fatura dos pobres.



II. Paraguai: como a quebra de um banco derruba um presidente

Se a crise argentina é uma curva que afunda lentamente, a do Paraguai é um estrondo.

No início de novembro de 2026, o Banco Central do Paraguai iniciou o processo de intervenção no banco digital Ueno e congelou todas as contas. O banco tinha cerca de 2,8 milhões de clientes, aproximadamente 60% da população adulta do país, e mais de 850 milhões de dólares em fundos públicos depositados, incluindo os fundos da previdência social. Milhares foram às ruas de Assunção; idosos aposentados ficaram diante das portas fechadas do banco. A cena é tão direta que não precisa de retórica.

O problema do Ueno estava no lado dos empréstimos: um grande volume de crédito fluiu para empresas próximas aos donos do banco, algumas até sem garantia. A investigação do Banco Central também constatou graves insuficiências de liquidez. Mas o que transformou esse escândalo financeiro em crise política é o vínculo direto do presidente Santiago Peña com esse banco.

Peña ainda era acionista do Grupo Vázquez, controlador do Ueno, até 2025, e o presidente do Banco Central que ele nomeou, Carlos Carvalho, era precisamente o ex-dirigente do Ueno. Em outras palavras, uma pessoa com interesses diretos no banco em questão colocou outra pessoa com interesses diretos no mesmo banco no cargo que deveria supervisioná-lo. Peña havia minimizado repetidamente as preocupações sobre o Ueno; agora essas minimizações vieram à tona e se tornaram a razão direta pela qual a oposição exige seu impeachment.

Peña já anunciou sua renúncia. Um governo que se apresentava com a imagem de "pró-empresas" e "centro financeiro confiável" acaba caindo por causa do colapso de um banco; a ironia não precisa de elaboração. A imagem de destino de investimentos que o Paraguai se esforçou para construir nos últimos anos, com contas congeladas e pensões bloqueadas, será difícil de reparar pelo menos no curto prazo.



III. Chile: quando o "problema técnico jurídico" se torna o véu de uma postura moral

De todos os casos, a escolha do governo de José Antonio Kast no Chile é a mais crua.

Entre março e setembro de 2026, o Ministério da Justiça do Chile aprovou por decreto administrativo diretamente a redução de pena em 56 condenações por crimes sexuais contra menores, das quais 29 envolviam estupro. Essas reduções não passaram pelos tribunais, mas foram assinadas e executadas pelo ministro Fernando Rabat. A explicação de Rabat é que isso segue um precedente da Suprema Corte de 2022. Mas quando jornalistas perguntaram por que o público não foi informado de forma transparente, sua resposta foi: "Atos administrativos são públicos, leiam a Constituição."

Essa defesa logo mostrou rachaduras. Hernán Larraín, que foi ministro da Justiça durante o governo Piñera, apontou publicamente que a jurisprudência recente da Suprema Corte já havia mudado de posição e começado a rejeitar esse tipo de redução; além disso, a Lei 21.421 de 2022 já excluía explicitamente certos crimes sexuais do âmbito da redução de pena. Larraín também revelou que, durante seu mandato, rejeitou o pedido de redução de pena de um estuprador de um menor de 14 anos, e só executou quando o tribunal o ordenou — uma natureza completamente diferente da de Rabat, que aprovou em massa por decreto administrativo por iniciativa própria.

Mas o que realmente eleva esse assunto além do campo da "controvérsia política" é o significado simbólico de Rabat. Ele é um defensor público do pinochetismo. Uma pessoa cuja identidade política é a defesa do legado do ditador, sentada no cargo de ministro da Justiça, usando o poder administrativo para reduzir penas de abusadores sexuais de crianças, enquanto usa a "técnica jurídica" como escudo — isso não é mais um erro de política, mas a manifestação completa de uma personalidade política. O governo Kast escolheu Rabat, e Rabat tomou essas decisões; entre os dois não há "acidente".

Cabe acrescentar que, no âmbito de competência do mesmo Ministério da Justiça, há outras duas reduções de pena envolvendo criminosos de direitos humanos da época de Pinochet. Essas duas

linhas — a indulgência com os criminosos sexuais e a simpatia pelos cúmplices da ditadura — convergem no mesmo ministro e sob a mesma lógica administrativa, formando um quadro completo.

A direita chilena construía seu discurso político com "ordem", "lei" e "valores familiares". Quando um governo que brande os "valores familiares" reduz em massa as penas de pedófilos, o crédito desse discurso desmorona. E a razão do desmoronamento não é o ataque da esquerda: é sua própria assinatura e seu próprio selo.



IV. Não são "fatores externos", é podridão interna

Voltando à pergunta inicial: o que significa a derrota de Trump para a extrema direita latino-americana?

A resposta depende do nível que se analisa. No nível tático, ela certamente corta a linha de vida financeira mais direta de Milei e faz outras forças de direita da região que dependiam do guarda-chuva político de Washington perderem um importante ponto de apoio externo. O relatório da agência sul-coreana Yonhap captou esse ponto com precisão: os governos de direita da América Central e do Sul "entraram em confusão" diante do resultado das eleições de meio de mandato americanas.

Mas no nível estratégico, atribuir a situação difícil da extrema direita latino-americana ao fracasso de Trump é precisamente a narrativa que essas forças políticas mais desejam ver. Porque uma vez que admitam que o problema está nelas mesmas — que a austeridade de Milei devolveu a pobreza a mais de 32%, que Peña entregou o Banco Central ao seu parceiro comercial, que o ministro da Justiça de Kast reduziu as penas de estupradores —, então o discurso de "anti-establishment", "anti-woke" e "liberdade" perde seu último refúgio.

A derrota de Trump apenas removeu um espelho que servia para se compadecer de si mesma. Quando o espelho se quebra, o que a extrema direita latino-americana vê não é mais seu reflexo idealizado, mas os traços reais que seu governo deixou: famílias na Argentina incapazes de comprar alimentos básicos no supermercado, idosos no Paraguai fazendo fila diante do banco sem conseguir sacar sua aposentadoria, processos judiciais no Chile onde penas foram apagadas por decreto

administrativo.

Nenhum desses traços pode ser explicado por "Trump perdeu".

..... 0 .....

NOTA:

1. El artículo y la revisión fue apoyada por IA, las fuentes de información y la fidelidad de los datos.
2. Las imágenes fueron generadas por IA.

Publicidad – Werbung

